

Percepções de jovens estudantes sobre a educação financeira: um estudo em Barra do Garças-MT

Perceptions of young students on the financial education: a study in Barra do Garças-MT

FELIPE DEODATO DA SILVA E SILVA¹

NATÁLIA VALADÃO ESCORISA²

Resumo

A educação financeira na escola tem sido considerada relevante para a formação dos indivíduos e seu bem-estar. O objetivo desse trabalho foi registrar a percepção dos alunos sobre a educação financeira nas escolas. Para isso, foi realizado um minicurso com conteúdo introdutório de gestão de finanças pessoais com alunos do Ensino Fundamental em três escolas no município de Barra do Garças, Mato Grosso. Em seguida, foram coletadas informações sobre a percepção dos alunos em relação ao minicurso. O formato e o tempo do minicurso foram considerados adequados para o conteúdo ensinado. Em relação à temática, ela foi importante para a reflexão do comportamento financeiro e serviu para iniciar o debate de finanças com a família. Por fim, os alunos deram diversas sugestões para aprimorar as intervenções de educação financeira na escola.

Palavras-chave: Educação financeira na escola, ENEF, alfabetização financeira.

Abstract

The financial education at school has been considered relevant to the formation of individuals and their welfare. The goal of this paper was to register the student's perceptions about financial education at school. Thereunto, it was accomplished a short course with basic topics of personal finances with young students of Fundamental Education at three schools in Barra do Garças, Mato Grosso. Then, it was gathered information upon students perceptions related to short course. The format and the course time load were considered adequate to topics taught. In relation to financial education, this topic was important to financial behavior reflection and was useful to initiate the family financial debate. Lastly, the students made several suggestions to improve the interventions of financial education at school.

Keywords: Financial education at school, NEFE, financial literacy.

¹ Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT) Campus Barra do Garças. felipe.silva@bag.ifmt.edu.br.

² Estudante do curso Técnico em Comércio no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT) Campus Barra do Garças.

Introdução

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) definiu a educação financeira como o processo em que os indivíduos e a sociedade aperfeiçoam seus conhecimentos sobre conceitos, riscos e produtos financeiros (OCDE, 2013). Em 2005 a OCDE publicou o relatório “Recomendações sobre princípios e boas práticas para a educação financeira e conscientização” onde iniciou a construção dos fundamentos para as estratégias nacionais de educação financeira dos países membros. Logo, países como a Austrália, Japão, África do Sul, Reino Unido e Estados Unidos implantaram suas estratégias em educação financeira (OCDE, 2013).

No Brasil, o governo federal criou em 2007 o grupo de trabalho do COREMEC (Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiros, de Capitais, de Seguros, de Previdência e Capitalização), que reúne as quatro instituições reguladoras do Sistema Financeiro Nacional (SFN) no Brasil: Banco Central (BACEN), Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). O grupo de trabalho propôs a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) em 2007 e o governo federal estabeleceu formalmente a estratégia no Brasil em 2010 com o Decreto Presidencial nº 7.397 (INFE e OCDE, 2015; BRASIL, 2010). A ENEF permite o envolvimento de instituições privadas no processo de alfabetização financeira da sociedade. No entanto, esse envolvimento é visto com preocupação na medida em que essas instituições podem disseminar ideias alinhadas com seus próprios interesses, estimulando o consumismo de produtos financeiros (CAMPOS e KISTEMANN Jr, 2005). Por isso, é preciso refletir de forma crítica a inclusão da educação financeira no âmbito das políticas públicas.

As características social, econômica e política da sociedade contemporânea justificam a educação financeira como política pública, principalmente no Brasil. A estabilização da moeda, o aumento dos ativos financeiros, a necessidade de uma poupança privada e a falta do planejamento de longo prazo das famílias são alguns dos fatores que motivam a implantação de uma estratégia nacional de alfabetização financeira (SAVOIA et al., 2007). A falta de planejamento financeiro dos indivíduos e das famílias é evidente em relação ao endividamento da sociedade brasileira (CAMPOS et al., 2015). Além disso, as recentes mudanças na previdência têm levantado essa questão na sociedade, principalmente, sobre a necessidade de se definir um planejamento para o bem-estar na terceira idade. A ENEF surge em meio a essas transformações que impactam nos padrões

de consumo, poupança, investimentos e de endividamento (SALEH e SALEH, 2013). Além disso, conceitos como preço, inflação, taxa de juros, risco, lucro, previdência privada, entre outros, precisam ser claros para a tomada de decisões dos diversos grupos sociais. Nesse sentido, os investimentos em educação financeira podem trazer benefícios para os indivíduos e, por consequência, para a sociedade e a economia de um país (LIMA e COSTA, 2015).

A ENEF desenvolve programas específicos para crianças, jovens e adultos. A estratégia de capacitação do público adulto foca ações no âmbito da educação informal, enquanto que para o público de crianças e jovens foram sugeridas ações dentro do ensino formal. Para isso, foi criado o Programa de Educação Financeira nas Escolas e o anexo do Plano Diretor da ENEF intitulado “Orientações para a educação financeira nas escolas” definindo objetivos, conteúdos e orientações pedagógicas (VIDA&DINHEIRO, 2015). No entanto, é preciso que essa temática vá além da esfera governamental e a sua inclusão nas escolas seja discutida entre os professores e outros profissionais envolvidos na educação (SILVA et al., 2014), principalmente, considerando a ótica dos próprios alunos. Considerando isso, esse estudo buscou compreender qual a receptividade de jovens estudantes em relação à temática da educação financeira na escola. O público-alvo foram os estudantes do ensino fundamental. A pesquisa foi desenvolvida em três escolas no município de Barra do Garças, Mato Grosso, no ano de 2015. Esse estudo é resultado do projeto de extensão do Instituto Federal do Mato Grosso (IFMT) – Campus Barra do Garças, intitulado “Educação financeira nas escolas”³ que teve como foco a introdução dessa temática em escolas que não trabalhavam os assuntos financeiros com seus alunos. Foi realizado um minicurso de duração de duas horas durante o horário das aulas de matemática. Depois, foi aplicado um questionário aos alunos para compreender a percepção deles em relação à educação financeira, conhecer as mudanças do comportamento financeiro e coletar sugestões para aprimorar a introdução dessa temática nas escolas.

Educação financeira e a estratégia brasileira

A educação financeira é fundamental para qualquer indivíduo que busque satisfazer suas necessidades e obter bem-estar (BEVERLY e BURKHALTER, 2005). O ensino de finanças pessoais para jovens estudantes pode ser uma forma de torná-los mais

³ Projeto financiado pelo IFMT através do edital nº 056/2014/REITORIA/PROEX.

conscientes de seu comportamento econômico na sociedade. Contudo, esse conteúdo ainda não é obrigatório nas escolas brasileiras.

A alfabetização financeira é um conjunto de conhecimento e habilidades necessárias para as pessoas terem segurança financeira e se comportar ativamente no mercado de serviços e produtos financeiros (TOMÁSKOVÁ et al., 2011). No entanto, o objetivo do ensino da educação financeira nas escolas não é tornar os jovens estudantes futuros consumidores do mercado financeiro (SILVA et al., 2014), mas sim de formar indivíduos capazes de tomar as melhores decisões para o seu bem-estar e da sociedade em que vive. Dessa forma, a educação financeira deve ser vista como um processo para desenvolver habilidades e capacidades de modo a criar uma fundação para o comportamento financeiro e para o bem-estar (BEVERLY e BURKHALTER, 2005).

Indivíduos financeiramente alfabetizados cometem menos erros nas finanças pessoais do que aqueles não alfabetizados (LUSARD e MITCHELL, 2007). Apesar disso, grande parte dos indivíduos não possui conhecimento básico de finanças (MEIER e SPRENGER, 2013). Uma forma de garantir o acesso da população a esse conteúdo é por meio da escola, incluindo esse tema nos planos educacionais (TOMÁSKOVÁ et al., 2011).

O ensino obrigatório de finanças na escola aumenta a exposição dos jovens estudantes à educação financeira e também eleva as taxas de poupança e acumulação de riqueza durante a vida adulta (BERNHEIM et al., 2001). No entanto, o efeito dos diversos formatos de educação financeira no comportamento financeiro ainda é incerto (MANDELL e KLEIN, 2009). Além disso, a alfabetização financeira diminui ao longo do tempo mesmo após aqueles cursos de longa duração, por isso, são recomendáveis também ações pontuais de finanças ao longo da vida do indivíduo (FERNANDES et al., 2014). Dessa forma, a educação financeira durante a época da escola é uma forma dos jovens estudantes iniciarem e manterem a sua alfabetização financeira e, no futuro, continuar a sua capacitação por outros meios.

Segundo Hoffman e Moro (2012), a educação financeira possibilita o rompimento entre a dicotomia do aprendizado escolar e extraescolar na medida em que permite se trabalhar problemas do cotidiano da vida do aluno. As autoras também sugerem considerar a educação financeira uma temática transversal, de modo a permitir uma compreensão holística sobre esse assunto. O conhecimento sobre finanças contribui para o processo de tomada de decisão (GUÉRIOS et al., 2013) no momento em que o estudante compreende o dinheiro como um elemento importante da vida e da sociedade. As finanças pessoais estão ligadas ao consumo responsável juntamente com as questões de meio ambiente,

saúde, direito, ética, entre outras, (SALEH e SALEH, 2013) que são fundamentais para a formação da cidadania.

A Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) no Brasil definiu que os jovens receberão a educação financeira por meio formal de ensino (VIDA&DINHEIRO, 2016). A inclusão desse conteúdo nos programas educacionais é importante, pois conforme Costa e Miranda (2013), o conhecimento financeiro influencia positivamente a decisão de poupar parte da renda por parte dos indivíduos. Isso auxilia as pessoas a controlar seus gastos e planejar o uso de sua renda de modo a minimizar os riscos associados ao endividamento.

As Orientações para Educação Financeira nas Escolas da ENEF aborda a temática em duas dimensões: espacial e temporal (BRASIL/COREMEC, 2010b). Na dimensão espacial os conceitos pautam-se no impacto das ações individuais no contexto social, compreendendo os níveis individual, local, regional, nacional e global (BRASIL/COREMEC, 2010b). A ENEF entende que o nível do indivíduo também abrange a família (i.e., o conjunto de pessoas que vivem na mesma residência) porque o jovem estudante não possui plena autonomia financeira (BRASIL/COREMEC, 2010b). Já a dimensão temporal considera que a tomada de decisão no presente pode afetar o futuro (BRASIL/COREMEC, 2010b). Dessa forma, a ENEF não só entende que a educação financeira tem um papel no futuro dos jovens estudantes, mas também que eles se inserem num contexto social, podendo modificá-lo e ser modificado por ele.

O quadro 1 traz os objetivos das dimensões espaciais e temporais e suas respectivas competências. Os objetivos referentes à dimensão espacial são: formar para cidadania; educar para o consumo e a poupança; oferecer conceitos e ferramentas para a tomada de decisão autônoma baseada em mudança de atitude; e formar multiplicadores da educação financeira. Os objetivos em relação à dimensão temporal são: ensinar a planejar em curto, médio e longo prazo; desenvolver a cultura da prevenção; e proporcionar a possibilidade de melhoria da própria situação.

Quadro 1. Os objetivos das dimensões espaciais e temporais e suas respectivas competências.

	Objetivos	Competências
Objetivos espaciais	OB1 Formar para a cidadania	CO1 Debater direitos e deveres
	OB2 Ensinar a consumir e a poupar de modo ético, consciente e responsável	CO2 Tomar decisões financeiras social e ambientalmente responsáveis
		CO3 Harmonizar desejos e necessidades no planejamento financeiro do projeto de vida
	OB3 Oferecer conceitos e ferramentas para tomada de decisão autônoma baseada em mudança de atitude	CO4 Ler e interpretar textos específicos de Educação Financeira
		CO5 Ler criticamente textos publicitários
OB4 Formar multiplicadores	CO6 Tomar decisões financeiras autônomas de acordo com suas reais necessidades	
Objetivos temporais	OB5 Ensinar a planejar em curto, médio e longo prazos	CO7 Atuar como multiplicador
	OB6 Desenvolver a cultura da prevenção	CO8 Elaborar planejamento financeiro
	OB7 Proporcionar a possibilidade de mudança da condição atual	CO9 Analisar alternativas de prevenção em longo prazo
		CO10 Analisar alternativas para superar dificuldades econômicas

Fonte: BRASIL/COREMEC, 2010b, p.6, OB – objetivos; CO – competências.

A Estratégia Nacional de Educação Financeira no Brasil possui diversos objetivos, conceitos e competências que precisam ser discutidos no âmbito da escola (SILVA et al., 2014). Um dos agentes que precisa participar desse debate são os alunos, que representam o objetivo final da educação financeira. A educação financeira auxilia na compreensão do sistema financeiro, mas também precisa orientar o aluno na compreensão das limitações desse sistema, fornecendo a ele não somente as capacidades e competências de gestão de finanças, mas também uma visão crítica do mercado financeiro (SALEH e SALEH, 2013). Em seguida, será apresentado o procedimento metodológico de como a temática foi introduzida na escola e como foi registrada a percepção dos jovens estudantes em relação a ela.

Método

O estudo ocorreu em três escolas no município de Barra do Garças/MT no ano de 2015. Essas escolas não possuem atividades com o conteúdo de educação financeira. Dessa forma, grande parte dos alunos não possuía o contato com essa temática.

Para introduzir a temática nas escolas, foi decidido construir um minicurso de duas horas-aulas (50 minutos por aula) para que fosse trabalhado na sala de aula durante uma das disciplinas. Nele foram explicados conteúdos referentes ao conceito de educação financeira, ao processo e ferramentas do planejamento financeiro, à poupança e aos conceitos básicos de investimentos. Esses tópicos foram definidos porque são fundamentais para uma visão geral das finanças pessoais e para o entendimento futuro de outros conceitos mais complexos. A explanação foi feita no horário das aulas de matemática a pedido dos coordenadores dos cursos. Tratou-se de uma aula expositiva com aplicação de exercícios que envolvesse o uso da teoria com elementos práticos do cotidiano. Os minicursos foram realizados no mês de fevereiro de 2015 e participaram 204 alunos, sendo 86 alunos da oitava série e 118 do nona série do ensino fundamental. No mês de junho do mesmo ano foi aplicado um questionário aos alunos para avaliar a percepção deles em relação à temática. Buscou-se também identificar as mudanças de comportamento em relação às finanças e também coletar sugestões para aprimorar a introdução dessa temática nas escolas. Decidiu-se aplicar o questionário alguns meses após a realização do minicurso para poder identificar se aquele conteúdo ainda estava presente no cotidiano dos alunos. Das três escolas participantes, duas permitiram a aplicação do questionário totalizando 93 observações. A coleta de dados ocorreu nas escolas durante o horário de aula e compreendeu somente aqueles alunos que participaram do minicurso. Foram considerados somente aqueles questionários respondidos em sua totalidade, ou seja, 86 observações. Desse total, participaram 21 alunos do oitavo ano com idade entre 12 a 14 anos e 65 alunos do nono ano com idade entre 13 a 15 anos. Além disso, os alunos se distribuíam em 39 meninas e 47 meninos. As informações coletadas abrangeram identificação da escola, da turma, idade e sexo. A percepção dos alunos em relação ao minicurso foi avaliada considerando o conteúdo, o formato do curso e o tempo de duração. Sobre a percepção em relação ao tema, eles informaram se já haviam tido contato com a educação financeira, se aplicaram o conhecimento aprendido, se eles conversaram com os seus respectivos familiares sobre o tema e se gostariam que a educação financeira fosse mais recorrente na escola. Por fim, fizeram sugestões para aprimorar o minicurso.

Resultados e Discussão

O minicurso

A avaliação do minicurso considerou seu formato, tempo e efetividade no auxílio do controle nos gastos dos estudantes. O formato do minicurso foi baseado em uma aula expositiva com resolução de exercícios práticos em que o conteúdo teórico foi aplicado em situações cotidianas sobre como gerenciar uma renda semanal. Tais situações trabalhadas com os alunos se referiam a montar um orçamento de gastos semanais com base na mesada (ou semanada) que recebiam dos pais. Em seguida, foi ensinado como registrar os gastos ao longo da semana e verificar se o planejamento foi executado. O intuito da atividade foi ensinar a importância do planejamento dos gastos considerando a limitação dos recursos e, também, motivar a reflexão crítica dos alunos em relação ao consumismo. Em relação a esse formato, 83,72% (72 estudantes) consideraram um bom formato para se trabalhar em sala de aula, enquanto 15,12% (13 estudantes) consideraram regular e 1,16% (1 estudante) considerou ruim (Tabela 1).

Tabela 1. Avaliação dos alunos em relação ao formato do minicurso.

	Total		Bom		Regular		Ruim	
	Qtde.	%	Qtde.	%	Qtde.	%	Qtde.	%
Total	86	100	72	83,72	13	15,12	1	1,16
Feminino	39	45,35	35	40,70	4	4,65	0	0
Masculino	47	54,65	37	43,02	9	10,47	1	1,16

Fonte: Resultado da pesquisa. Todos os percentuais em relação ao total de 86 alunos.

O minicurso foi realizado durante duas horas-aulas permitindo realizar o trabalho nas aulas de matemática sem prejudicar a sua respectiva carga horária. Em relação ao tempo dedicado à introdução dessa temática na escola, 54% (47 estudantes) consideraram duas horas-aulas suficientes, enquanto 38% (33 estudantes) consideraram pouco tempo e 7% (6 estudantes) consideraram muito tempo (Tabela 2). Dessa forma, é preciso pensar a carga horária das atividades referentes à educação financeira nas escolas.

Tabela 2. Avaliação dos alunos em relação à duração do minicurso.

	Total		Muito		Suficiente		Pouco	
	Qtde.	%	Qtde.	%	Qtde.	%	Qtde.	%
Total	86	100	6	6,98	47	54,65	33	38,37
Feminino	39	45,35	1	1,16	24	27,91	14	16,28
Masculino	47	54,65	5	5,81	23	26,74	19	22,09

Fonte: Resultado da pesquisa. Todos os percentuais em relação ao total de 86 alunos.

Vale destacar que o minicurso abordou tópicos introdutórios e isso significa que duas horas-aulas não são suficientes para abranger essa temática por completo. O número de alunos que considerou esse tempo insuficiente mostra que mesmo para conhecimentos introdutórios de finanças, é preciso desenvolver atividades mais longas e que podem ser intercaladas desde diferentes dias da semana ou até ao longo do ano.

Os alunos também foram questionados sobre a efetividade do minicurso em ajudá-los a controlar seus gastos. Aproximadamente 83% (71 estudantes) afirmaram que o minicurso foi útil para o controle dos gastos, enquanto que 17% (15 estudantes) afirmaram que ele não contribuiu para esse controle (Tabela 3). Dessa forma, isso indica que, ferramentas básicas de planejamento e orçamento financeiro podem contribuir para o controle dos gastos, principalmente para indivíduos com a vida financeira de baixa complexidade. Essas ferramentas podem ser desde anotações em caderno ou, então, aplicativos nos celulares. Ensinar como utilizar essas ferramentas, assim como outras (ex.: calculadora), é fundamental na alfabetização financeira de jovens estudantes. Vale destacar que 21 alunos dos 27 que afirmaram já terem contato com a educação financeira afirmaram que o minicurso foi capaz de auxiliá-los na gestão das finanças. Isso mostra que mesmo para aqueles que já possuem algum conhecimento sobre o assunto, o ensino de conteúdos básicos e introdutórios pode ser útil.

Tabela 3. Opinião dos alunos referente à efetividade do minicurso em auxiliá-lo no controle de suas finanças.

	Total		Contribuiu		Não-contribuiu	
	Qtde.	%	Qtde.	%	Qtde.	%
Total	86	100	71	82,5	15	17,44
<u>1º contato com a EF</u>	<u>59</u>	<u>68,60</u>	<u>50</u>	<u>58,14</u>	<u>9</u>	<u>10,47</u>
Feminino	29	33,72	25	29,07	4	4,65
Masculino	30	34,88	25	29,07	5	5,81
<u>Já tiveram contato com a EF</u>	<u>27</u>	<u>31,40</u>	<u>21</u>	<u>24,42</u>	<u>6</u>	<u>6,98</u>
Feminino	10	11,63	9	10,47	1	1,16
Masculino	17	19,77	12	13,95	5	5,81

Fonte: Resultado da pesquisa. EF - Educação Financeira. Todos os percentuais em relação ao total de 86 alunos.

O controle dos gastos pode ser uma tarefa dispendiosa considerando o volume do recurso administrado. Contudo, essa prática é fundamental para o processo de educação, pois aprender a controlar as finanças pessoais torna-se cada vez mais complexo com o avançar da idade e o aumento da renda. Por exemplo, muitos bancos oferecem crédito para jovens estudantes de universidade e alfabetização financeira na escola é uma estratégia para auxiliá-los a gerenciar esse serviço financeiro sem endividá-lo no início da fase adulta.

Percepção dos alunos em relação ao tema

A educação financeira ainda não é um conteúdo obrigatório das escolas e, por isso, aproximadamente 68% (59 estudantes) dos alunos afirmaram que no minicurso foi a primeira vez que tiveram contato com esse tema (Tabela 3). É importante destacar que os jovens são informados sobre finanças em diversos meios, tais como, os familiares, os colegas e a mídia. Um estudo realizado na Coreia mostrou que os estudantes que escolheram ter o primeiro contato com finanças através das mídias apresentaram elevado nível de alfabetização financeira (SOHN et al., 2012). A realidade socioeconômica e cultural no Brasil é diferente, porém o contato dos jovens com as mídias (ex.: internet) é cada vez maior. No entanto, nem todo conteúdo na internet é válido e as pessoas estão sujeitas a serem alvos do mercado financeiro. As instituições financeiras privadas buscam vender seus produtos e serviços financeiros, que muitas vezes, são demasiadamente complexos para a compreensão de pessoas não alfabetizadas financeiramente. A escola

possui um papel fundamental em conscientizar os jovens estudantes a respeito das armadilhas do mercado.

A família possui um papel fundamental nesse processo, pois os pais influenciam a alfabetização financeira dos filhos e os resultados na vida adulta serão melhores quando eles se dedicam a essa tarefa (CLARKE et al., 2005). Contudo, nem todos os pais estão preparados para ensinar finanças para os jovens. Aproximadamente 57% (49 estudantes) dos alunos conversaram com os familiares sobre o que aprenderam no minicurso (Tabela 4) e, do total de alunos, cerca de 34% (30 estudantes) afirmaram que a família decidiu mudar, de alguma forma, a maneira como gerencia as finanças. Os alunos afirmaram que essas mudanças englobam o hábito de poupar, de controlar os gastos e a pesquisa de preços antes das compras. A ENEF no Brasil tem como objetivo formar disseminadores da educação financeira (OCDE, 2015; SILVA et al., 2014) e a atuação da escola pode tornar os alunos em agente multiplicador desse conhecimento dentro de casa.

Tabela 4. Quantidade de alunos que afirmaram terem conversado com a família sobre Educação Financeira após o minicurso.

	Total		Conversaram		Não conversaram	
	Qtde.	%	Qtde.	%	Qtde.	%
Total	86	100	49	56,98	37	43,02
<u>1º contato com a EF</u>	<u>59</u>	<u>68,60</u>	<u>36</u>	<u>61,02</u>	<u>23</u>	<u>38,98</u>
Feminino	29	33,72	20	68,97	9	31,03
Masculino	30	34,88	16	53,33	14	46,67
<u>Já tiveram contato com a EF</u>	<u>27</u>	<u>31,40</u>	<u>13</u>	<u>48,15</u>	<u>14</u>	<u>51,85</u>
Feminino	10	11,63	6	60,00	4	40,00
Masculino	17	19,77	7	41,18	10	58,82

Fonte: Resultado da pesquisa. EF - Educação Financeira. Percentuais das colunas “Conversaram” e “Não conversaram” em relação à coluna de “Total”.

Essas atitudes estão próximas daquelas informadas pelos estudantes sobre como aplicaram os conhecimentos adquiridos no minicurso no cotidiano de suas próprias vidas. Aproximadamente, 63% dos alunos (54 estudantes) afirmaram que estavam controlando melhor os gastos e poupando parte da mesada (Tabela 5). Dos que não aplicavam o que foi aprendido no minicurso, ou seja, 37% dos alunos (32 estudantes) justificaram essa atitude de diversas formas. A maioria afirmou que não possuía motivo para gerenciar as finanças porque os pais garantem suas respectivas necessidades. Outros disseram que a família já adotava uma metodologia própria de gestão financeira e que, por isso, já se

sentia satisfeito como era realizada. Entretanto, alguns estudantes afirmaram que não recebiam o apoio da família para o gerenciamento das finanças. Isso provoca a desmotivação dos estudantes e dificulta a disseminação do conhecimento em sua residência.

Tabela 5. Quantidade de alunos que afirmaram terem aplicado o conteúdo do minicurso.

	Total		Aplicou		Não aplicou	
	Qtde.	%	Qtde.	%	Qtde.	%
Total	86	100	54	62,79	32	37,21
<u>1º contato com a EF</u>	<u>59</u>	<u>68,60</u>	<u>36</u>	<u>61,02</u>	<u>23</u>	<u>38,98</u>
Feminino	29	33,72	15	51,72	14	48,28
Masculino	30	34,88	21	70,00	9	30,00
<u>Já tiveram contato com a EF</u>	<u>27</u>	<u>31,40</u>	<u>18</u>	<u>66,67</u>	<u>9</u>	<u>33,33</u>
Feminino	10	11,63	7	70,00	3	30,00
Masculino	17	19,77	11	64,71	6	35,29

Fonte: Resultado da pesquisa. EF - Educação Financeira. Percentuais das colunas “Aplicou” e “Não aplicou” em relação à coluna de “Total”.

Vale destacar que os conhecimentos adquiridos em uma ação de educação financeira tende a serem esquecidos com o tempo (FERNANDES et al., 2014). Isso quer dizer que os benefícios de um minicurso não se mantêm no médio e longo prazo e, por isso, é preciso ações contínuas de alfabetização financeira. Em relação a isso, os jovens estudantes apresentaram sugestões para aprimorar esse processo na escola.

Sugestões para a educação financeira nas escolas

Apesar de haver uma parcela de alunos que não aplicaram o conteúdo no dia-a-dia, aproximadamente 88% deles (76 estudantes) consideraram importante a inserção da educação financeira na escola. Com isso, eles fizeram diversas sugestões que poderão auxiliar na execução das atividades de alfabetização financeira. As sugestões foram agrupadas em cinco áreas: 1. Frequência/tempo; 2. Novos conhecimentos; 3. Didática; 4. Atividades; e 5. Envolvimento. Todas as sugestões foram realizadas considerando o formato, o tempo e o conteúdo trabalhado com os estudantes no minicurso, mas podem servir para orientar ou aprimorar outras estratégias de educação financeira.

A frequência das atividades e o tempo de duração delas foram apontados como um dos fatores mais importantes para melhorar as intervenções de educação financeira nas escolas. Um estudo anterior mostrou que ações pontuais ao longo do tempo tende a manter a alfabetização financeira (FERNANDES et al., 2014). Isso significa intervenções em momentos específicos, podendo ser próximos a datas comemorativas, dias especiais, eventos anuais, entre outros.

Uma intervenção de duas horas-aulas foi considerada suficiente por 54% dos alunos para trabalhar conteúdos introdutórios, porém isso não é suficiente para um ensino amplo sobre finanças pessoais, principalmente, abordando temas mais complexos como investimentos. A educação financeira busca provocar transformações nos alunos em direção a uma gestão consciente de suas finanças. Esse processo é de longo prazo e intervenções durante o ano podem ser efetivas em relação a isso. Isso cria oportunidades para planejar ações por toda a fase escolar do aluno, definindo conteúdos específicos para cada faixa etária e série. Avaliar a efetividade dessas intervenções no longo prazo é uma lacuna a ser explorada em trabalhos futuros.

Os conhecimentos apresentados aos alunos foram introdutórios e básicos para o entendimento das finanças pessoais. No entanto, eles possuem a necessidade de obter novos conhecimentos. Um exemplo disso são as estratégias de compra e redução de gastos de modo a potencializar a poupança. Também eles sugeriram o ensino de mais instrumentos e ferramentas de gestão, como calculadoras e planilhas eletrônicas. Além disso, é importante disponibilizar materiais didáticos e uma diversidade de exemplos/situações do cotidiano em que apliquem a educação financeira. Os alunos possuem grande interesse nas diversas alternativas de investimentos, principalmente, sobre a bolsa de valores. Estudantes que praticam investimentos em simuladores do mercado de ações ou que até mesmo invistam de fato apresentam melhores níveis de alfabetização financeira (SOHN et al., 2012).

O uso de simuladores de mercado financeiro, estratégias lúdicas e recursos audiovisuais podem auxiliar na didática da alfabetização financeira. A ENEF no Brasil desenvolveu um material didático contendo o Livro do Professor, o Livro do Aluno e o Caderno do Aluno cujo modelo pedagógico está apoiado nas dimensões espacial e temporal (SILVA et al., 2014). A escolha da didática e do conteúdo na escola deve ser discutida entre os professores, pois grande parte dos materiais didáticos é elaborada por profissionais ligados a bancos e possuem o foco de transformar os alunos em bons consumidores de produtos bancários (SILVA et al., 2014). Destaca-se a necessidade de se trabalhar a

capacitação dos professores já formados e em processo de formação em conteúdos financeiros para atuar em diversos níveis escolares, pois isso poderá disseminar a educação financeira (CAMPOS et al., 2015).

Essas estratégias didáticas estão relacionadas também com uma série de atividades que podem ser desenvolvidas com os alunos. Essas atividades podem envolver histórias contadas em vídeos (filmes, documentários e animações) que possam ser relacionadas com a temática. O uso de propagandas e jornais também auxilia no processo de contextualização dos problemas durante a aplicação dos conteúdos de finanças (LIMA e SÁ, 2010). As estratégias lúdicas que envolvem jogos competitivos e cooperativos, bem como dinâmicas em grupo, também tendem a ter resultados positivos em termos de aprendizado dos estudantes. As atividades lúdicas funcionam como estratégias úteis e necessárias que contribuem para a aprendizagem (AZEVEDO et al., 2012) e que são complementares à aula teórica-expositiva com resolução de exercícios relacionados à situações práticas do cotidiano. Nesse sentido, é preciso discutir a efetividade das diversas atividades a serem executadas durante a educação financeira e como elas podem ser aplicadas de acordo com cada conteúdo e público-alvo.

Segundo Campos et al. (2015), a abordagem da educação financeira permite trabalhar com resoluções de problemas e modelagens matemáticas através do uso de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC). A resolução de problema é uma alternativa de se aplicar os conhecimentos financeiros em situações do cotidiano do aluno de modo a permitir que ele consiga compreender o conteúdo de forma crítica e ir além do processo de decorar fórmulas (CAMPOS e KISTEMANN Jr., 2005). A realidade é demasiadamente complexa para compreender em sua totalidade, por isso, a modelagem matemática simplifica essa realidade, convertendo o problema real em um problema matemático. Isso permite a resolução de problemas com a matemática financeira (CAMPOS et al., 2015). Por fim, os problemas do mundo real relacionados aos cálculos financeiros demandam o uso de tecnologias, tais como calculadores e planilhas eletrônicas (LIMA e SÁ, 2010).

Em um projeto desenvolvido com alunos de Ensino Fundamental no Estado de Mato Grosso, os alunos e o professor desenvolveram uma moeda fictícia que foi utilizada em substituição às fichas da cantina (ver SILVA et al., 2014b). Essa experiência auxiliou os alunos a compreender o processo de criação de uma moeda e também como ela pode ser usada no mercado. Na prática, eles utilizaram os conceitos de taxa de câmbio para trocar

o Real pela moeda fictícia para consumir os produtos da cantina. Esse é um exemplo de como o conteúdo de educação financeira pode ser aplicada aos jovens estudantes.

Por fim, entre as sugestões dos alunos uma que se destacou foi o envolvimento de outros agentes na educação financeira. O minicurso foi realizado durante as aulas de matemática, não porque essa temática deva ser trabalhada exclusivamente nessa disciplina, mas porque os coordenadores dos cursos cederam esse espaço para a realização da atividade. Os alunos sugeriram a participação de mais professores o que proporciona a oportunidade de trabalhar a educação financeira de forma interdisciplinar. As disciplinas de sociologia, história e geografia, por exemplo, podem contribuir para a discussão sobre como os padrões de consumo variam de acordo com as condições socioeconômicas e culturais dos próprios alunos, arquitetando contextos de reflexão da realidade da comunidade (LIMA e COSTA, 2015) e questionando o consumismo que tem afetado os jovens estudantes. Muitas vezes, o consumo é uma forma de um aluno se sentir inserido dentro de um determinado grupo de colegas (LACHANCE e LEGAULT, 2007).

Outro agente que os alunos sugeriram para serem envolvidos são os próprios pais. A educação financeira pode ser realizada na escola considerando dois públicos-alvo: 1º os alunos, cuja complexidade do conhecimento poderia ser aumentada à medida que o aluno desenvolve suas habilidades e competências; e 2º os pais, que poderiam ser instruídos sobre como realizar a alfabetização financeira dos seus respectivos filhos. Dessa forma, espera-se que a união entre os professores e os pais torne a educação financeira mais efetiva. Essa é uma estratégia importante para ser testada em pesquisas futuras, ou seja, avaliar a alfabetização de alunos exclusivamente na escola em relação àquela realizada em conjunto com os pais.

Conclusão

O estudo retratou a receptividade de jovens estudantes em relação ao contato com a temática de educação financeira na escola. O minicurso com assuntos básicos de gestão de finanças pessoais no formato de uma aula expositiva com resolução de exercícios foi considerado adequado pelos alunos e o tempo de duas horas-aula suficiente para compreender o conteúdo básico. Além disso, o curso foi útil para auxiliá-los a realizar o controle de seus gastos através do planejamento. Os alunos afirmaram que, para muitos, apesar dessa ter sido a primeira vez que tiveram contato com a educação financeira, ela foi importante para a reflexão do comportamento financeiro. Além disso, as diversas

sugestões realizadas mostram que há interesse por parte dos jovens estudantes na inclusão da educação financeira no cotidiano das escolas.

Destacar o contato desses jovens estudantes com essa temática mostra que nunca é cedo demais para dialogar sobre finanças. Pesquisas como essa podem ser realizadas em outros contextos, como por exemplo, com alunos do Ensino Médio ou Superior. O contato com o dinheiro ocorre desde a infância, mas muitas vezes o processo de alfabetização financeira tem sido realizado tardiamente, geralmente, quando o indivíduo se encontra endividado. A forma da inserção da educação financeira nas escolas necessita de uma breve discussão entre professores, pais e, principalmente, alunos. A visão deles sobre como o tema pode ser trabalhado poderá contribuir para o sucesso das estratégias de alfabetização financeira.

A percepção dos alunos e suas sugestões também podem contribuir para futuros projetos escolares de alfabetização financeira com jovens estudantes. Registrar esse momento é fundamental para traçar estratégias de como mantê-los interessados no assunto e tornar a educação financeira mais efetiva. Por fim, o ganho no bem-estar poderá ser difundido na sociedade pelos jovens disseminadores.

Agradecimentos

Agradecemos aos gestores e professores das escolas pela participação no projeto.

Referências

AZEVEDO, D. A. dos S.; PAULO, J. C.; AZEVEDO, E. B. V. *Atividades lúdicas: tecendo um suporte psicopedagógico*. In: *Perspectivas Online: Humanas e Sociais Aplicadas*, v. 5, n. 2, p. 68-71, 2012.

BERNHEIM, D.B.; GARRETT, D.M.; MAKI, D.M. *Education and saving: the long-term effect of high school financial curriculum mandates*. In: *Journal of Public Economics*, v. 80, n. 3, p. 435-465, 2001.

BEVERLY, S. G.; BURKHALTER, E. K. *Improving the financial literacy and practices of youths*. In: *Children & Schools*, v. 27, n. 2, p. 121-124, 2005.

BRASIL. Decreto Presidencial nº 7.397 de 22 de setembro de 2010. *Institui a Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF, dispõe sobre a sua gestão e dá outras providências*. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7397.htm >. Acessado em: 24 dez 2016.

BRASIL/COREMEC. *Educação financeira nas escolas – Ensino médio*. Bloco 1 (Livro do professor). COREMEC, GAP, UNIBANCO, 2010b.

- CAMPOS, A. B.; KRISTEMANN Jr., M. A. *Qual educação financeira queremos em nossa sala de aula?* Educação Matemática em Revista, n. 40, p. 48-56, 2013.
- CAMPOS, C. R.; TEIXEIRA, J.; COUTINHO, C. de Q. e S. *Reflexões sobre a educação financeira e suas interfaces com a educação matemática e a educação crítica.* In: Educação Matemática em Pesquisa, v. 17, n. 3, p. 556-577, 2015.
- CLARKE, M. D.; HEATON, M. B.; ISRAELSEN, C. L.; EGGETT, D. L. *The acquisition of family financial roles and responsibilities.* In: Family and Consumer Sciences Research Journal, v. 33, p. 321–340, 2005.
- COSTA, C. M.; MIRANDA, C. J. de. *Educação financeira e taxa de poupança no Brasil.* Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade, v. 3, n. 3, p. 57-74, 2013.
- FERNANDES, D.; LYNCH Jr., J. G.; NETEMEYER, R. G. *Financial literacy, financial education and downstream financial behaviors.* In: Management Science, v. 60, n. 8, p. 1861-1883, 2014.
- GUÉRIOS, E.; ZEN, C. C.; COELHO, J. R. D. *Matemática financeira escolar e educação para a vida.* Educação Matemática em Revista, n. 38, p. 44-53, 2013.
- HOFMANN, R. M.; MORO, M. L. F. *Educação matemática e educação financeira: perspectivas para a ENEF.* Zetetiké, v. 20, n. 38, jul/dez, p. 39-54, 2012.
- INFE; OCDE. *Guidelines on financial education at school and guidance on learning framework.* Disponível em: < <http://www.oecd.org/finance/financial-education/48493142.pdf>>. Acessado em: 30 de out de 2016.
- LACHANCE, M. J.; LEGAULT F. *College students' consumer competence: identifying the socialization sources.* In: Journal of Research for Consumers, v. 13, p. 1–5, 2007.
- LIMA, C. B.; SÁ, I. P. de. *Matemática financeira no ensino fundamental.* Revista TECCEN, n. 1, p. 1-10, 2010.
- LIMA, A. de S.; COSTA, C. S. *A Educação Financeira na Educação Básica: um bom negócio.* In: Educação Matemática em Revista, n. 43, p. 30-38, 2015.
- LUSARDI, A.; MITCHELL, O.S. *Financial literacy and retirement preparedness: evidence and implications for financial education programs.* In: Business Economics January, p. 35–44, 2007.
- MANDELL, L.; KLEIN, L. S. *The impact of financial literacy education on subsequent financial behavior.* In: Journal of Financial Counseling and Planning, v. 20, n. 1, p. 15-24, 2009.
- MEIER, S.; SPRENGER, C. D. *Discounting financial literacy: time preferences and participation in financial education programs.* In: Journal of Economic Behavior & Organization, v. 95, p. 159-174, 2013.
- OCDE (2013). *Advancing national strategies for financial education.* Disponível em: < https://www.oecd.org/finance/financial-education/G20_OECD_NSFinancialEducation.pdf >. Acessado em: 30 de out de 2016.

OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico). *Recommendation on principles and good practices for financial education and awareness*. Disponível em:< <http://www.oecd.org/finance/financial-education/35108560.pdf>> Acessado em: 30 de outubro de 2016.

SALEH, A. M.; SALEH, P. B. de O. *O elemento financeiro e a educação para o consumo responsável*. Educação em Revista, v. 29, n. 4, p. 189-214, 2013.

SAVOIA, J. R. F.; SAITO, A. T.; SANTANA, F. A. *Paradigmas da educação financeira no Brasil*. In: Rev. RAP, p. 1121 – 1141, nov/dez 2007.

SILVA, A. M. da; KISTEMANN Jr, M. A.; VITAL, M. C. *Um estudo sobre a inserção da educação financeira como tema curricular nas escolas públicas brasileiras*. XXV Seminário de Investigação em Educação Matemática, 2014a.

SILVA, M. R. da; LAIER, S. S. dos S.; ROSINKE, P. Gold Freire – GF\$: *Uma experiência de Educação Financeira*. In: Educação Matemática em Revista, n. 43, p. 49-58, 2014b.

SOHN, S.; JOO, S.; GRABLE, J. E.; LEE, S.; KIM, M. *Adolescents' financial literacy : The role of financial socialization agents , financial experiences , and money attitudes in shaping financial literacy among South Korean youth*. In: Journal of Adolescence, v. 35, n. 4, p. 969-980, 2012.

TOMÁSKOVÁ, H.; MOHELSKÁ, H.; NĚMCOVÁ, Z. *Issues of financial literacy education*. In: Procedia – Social and Behavioral Sciences, v. 28, p. 365-369, 2011.

VIDA&DINHEIRO. *Estratégia nacional de educação financeira*. Disponível em:< <http://www.vidaedinheiro.gov.br/>>. Acessado em: 30 de out de 2016.

Texto recebido: 08/02/2017

Texto aprovado: 05/03/2017